

CARTA DE SALVADOR

Com o tema *Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma Universitária de Córdoba*, realizou-se, entre os dias 22 e 27 de janeiro de 2018, na cidade mais negra fora da África, Salvador, capital do estado da Bahia, o 37º CONGRESSO DO ANDES-SN. Sob a organização da ADUNEB Seção Sindical, o maior congresso da história do ANDES-SN em número de participantes e de seções sindicais contou com 415 delegados(as), 122 observadores(as), que representaram 82 seções sindicais espalhadas nas Instituições de Ensino Superior de todo o país.

Nos primeiros momentos do congresso, os mais de quinhentos participantes vibraram ao som e ao ritmo da banda jovem da Escola de Tambores Olodum. Depois foi a capoeira, que é dança, que é luta, que é resistência, transformando o auditório num grande terreiro, como a reviver os rituais dos escravos para manter sua identidade cultural e preparar-se para o confronto com os senhores, como na revolta dos Malês, há 183 anos, ou o entusiasmo que animou a Reforma Universitária de Córdoba (Argentina) há cem anos.

A plenária de abertura realizou-se imediatamente após as apresentações culturais, contando com a participação de várias entidades do movimento sindical, popular e estudantil, numa demonstração incontestável dos esforços de unidade que o Sindicato vem desenvolvendo com vistas ao enfrentamento dos desafios postos pela conjuntura.

Na plenária do tema I, os debates sobre a conjuntura evoluíram como se fossem uma imensa roda de capoeira, durante mais de cinco horas. Embates entre pares – como os(as)s capoeiristas – se expressaram nas resoluções para a inevitável e necessária luta contra o inimigo comum: o governo, o capital e seu projeto de destróçamento dos direitos dos(as) trabalhadores(as). Temas, como as contrarreformas e os ataques desferidos contra a classe trabalhadora, expandidos e aprofundados pelo governo ilegítimo de Michel Temer, a seletividade da justiça no julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o balanço das mobilizações e greves realizadas no último período, deram o tom das discussões.

Após mais de cinquenta intervenções, os(as) congressistas aprovaram a centralidade da luta para 2018: “Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Fora Temer. Nenhum direito a menos”. Eis a linha orientadora que nos guiará nos próximos embates e que será materializada no plano de lutas apresentado nos 66 Textos de Resolução (TR), discutidos nos doze grupos mistos e deliberados em plenárias.

Para a imensa maioria dos(as) participantes, o ANDES-SN deve continuar filiado à CSP-Conlutas, envidando esforços pelo aprofundamento da democracia interna na central e pela capilarização no movimento social e sindical brasileiro. Decidiu-se, ainda, pelo aprofundamento da luta contra medidas que atacam os(as) trabalhadores(as), tais como: a PEC 287/16 da contrarreforma da previdência, lastreada em números forjados sobre o falacioso *déficit* da previdência social; a MP 805/17 e suas correlatas no plano dos estados, que aumentam a contribuição previdenciária de 11 para 14%; o PL 116/17, que estabelece regras para a demissão de servidor(a) público(a) estável por

"insuficiência de desempenho"; a MP 792/17 que trata de desligamento voluntário de servidores(as) públicos(as).

Na perspectiva dos(as) congressistas, tais enfrentamentos exigem o fortalecimento de espaços de luta, como a CSP-Conlutas, o FONASEFE, a CNESF e outras organizações sindicais de servidores(as) públicos(as) com vistas à realização de uma greve geral do serviço público (federal, estadual e municipal). Essas atividades são parte da construção de ampla unidade com os movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais na construção de uma nova greve geral no país. Nessa direção, o 37º Congresso aprovou uma carta dirigida às centrais sindicais, conclamando-as para essa construção, entendida como único instrumento capaz de derrotar a agenda regressiva imposta aos(as) trabalhadores(as) e à sociedade pelo governo ilegítimo de Temer.

Esteve em evidência a Comissão da Verdade do ANDES-SN que, doravante, deve atuar em unidade com o GT de História e Memória do Movimento Docente (GTHMD), reafirmando a necessidade de apuração e denúncia dos crimes da ditadura empresarial-militar e suas reminiscências nos rituais, na estrutura e nas normas das IES. Deliberou-se, ainda, pela criação de uma comissão com o fim precípuo de levantar e denunciar casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político. Parte integrante da truculência que marca o exercício do poder no Brasil tem se expandido na presente conjuntura, inclusive pelo manejo do poder judiciário e das polícias em operações espetaculosas que difamam e desmoralizam instituições e pessoas. Tais práticas já deixaram marcas indeléveis no cotidiano universitário, com perseguições a dirigentes sindicais e estudantis e conduções coercitivas e prisões injustificadas de administradores(as) de universidades públicas.

Para os(as) participantes do congresso, a seletividade da justiça e as violações de direitos sofridas por parte da comunidade acadêmica são corolário de uma conjuntura marcada por um ataque sistemático aos direitos democráticos. Nessas circunstâncias, o levantamento e a denúncia de tais violações devem ser acompanhados de irrestrita solidariedade às pessoas e/ou instituições sociais agredidas, pois, se a autonomia é horizonte incontornável do projeto de universidade que defendemos, a liberdade é valor supremo invocado com o mesmo fervor do guerrilheiro baiano Carlos Maringhela: “Queira-te eu tanto / e de tal modo em suma / que não exista força humana alguma / que esta paixão embriagadora dome / E que eu por ti, se torturado for / possa feliz, indiferente à dor / morrer sorrindo a murmurar teu nome”.

Quanto à política de seguridade e saúde dos(as) docentes, o congresso reafirmou um conjunto de atividades em curso em defesa da previdência social universal, contra os planos complementares e a privatização dos hospitais universitários por meio da EBSEH. Destacou a importância das pesquisas sobre a saúde do(a) trabalhador(a) docente e sobre regimes próprios de previdência social nos estados, instando o Sindicato a publicar os resultados e a realizar a segunda jornada nacional de mobilização dos(as) aposentados(as).

À luz dos princípios orientadores do projeto de universidade mencionados no Caderno 2, os(as) participantes do 37º Congresso realizaram intenso debate sobre política educacional e de ciência e tecnologia nas circunstâncias da agenda regressiva em curso. Refirmaram, nessa seara, a unidade de ação com diversos movimentos que vêm se pronunciando contrariamente aos cortes nos orçamentos da educação superior e do complexo público de C&T. Deliberaram pelo fortalecimento do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP) e pela intervenção em espaços como “Marcha pela ciência”, “Fórum Social Mundial”, “Reunião da SBPC” com atividades que

garantam ampla discussão dos materiais produzidos pelo Sindicato e decidiram intensificar o debate sobre o sistema de avaliação da CAPES e sua relação com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação em seminários nacionais e locais.

Na seara da política educacional, deliberou-se por um conjunto de ações que pretendem fazer frente aos retrocessos que se tentam impor ao setor seja por meio de cortes orçamentários, instrumentos legais e administrativos, seja por iniciativas, como o famigerado projeto escola sem partido. Decidiu-se, pois, que o Sindicato fará debates, estudos e publicações sobre financiamento, o documento do Banco Mundial “Um ajuste justo”, os regimes de trabalho nas universidades públicas, os dados da educação a distância, a situação de trabalho dos(as) docentes na modalidade a distância, os projetos de lei que visem criar o fundo patrimonial, a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio, as ações e processos de inclusão nas IES de pessoas com deficiência e a política de formação docente. Além de municiar a ação política do Sindicato na defesa da educação pública como direito inalienável e do projeto de universidade que defendemos, as ações sugeridas integrarão uma agenda de lutas mais amplas contra os retrocessos em curso.

O congresso reafirmou a importância das articulações políticas no interior da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) para a construção do III Encontro Nacional de Educação (ENE), a ser realizado no segundo semestre do corrente ano, precedido de etapas estaduais. Decidiu, ainda, que o ANDES-SN participará da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), organizando intervenção política via seções sindicais e secretarias regionais, em articulação com as demais entidades da CONEDEP, defendendo o projeto de educação empalmado por essas entidades. O Sindicato produzirá nota política contendo análise crítica sobre os objetivos da CONAPE e orientando a intervenção dos filiados e filiadas consoante as deliberações do II ENE.

As discussões em torno da política de classe, gênero, etnia e diversidade sexual se fizeram com tão grande paixão que era como ecoassem o lema de Rosa de Luxemburgo “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Nessa direção, as deliberações reafirmaram a posição do ANDES-SN em defesa da legalização do aborto, de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos; contra os dispositivos inseridos na PEC 181/15 que, sob a alegação de proteger a vida desde a concepção, impedem e criminalizam o aborto no caso de estupro, risco de morte ou feto anencéfalo.

Quanto aos direitos e dignidade da população LGBT, de indígenas, de quilombolas e de povos ciganos, o congresso não deu tréguas às odiosas formas de preconceito que se instilam no tecido social e se destilam em práticas e condutas violadoras da pessoa humana. Como efeito, deliberou por implementar lutas pelo acesso ao ensino superior dessas populações e por políticas que garantam sua permanência nas universidades. Decidiu, ainda, que o Sindicato envidará esforços no levantamento de informações sobre o perfil étnico-racial, de gênero, orientação sexual, uso do nome social nas IES e elaborará cartilha que subsidie o combate ao assédio sexual e à violência de gênero, racismo, LGBTfobia, capacitismo, xenofobia, romafobia e preconceito geracional. Além disso, lutará pela criação de espaços para receber denúncias e acolher as vítimas de tais violações dentro das universidades e pela inserção de disciplinas relacionadas às questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual na graduação e pós-graduação. Merece destaque a criação da Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos Congressos e CONADs do ANDES-SN como instrumento para fazer frente a todas as formas de violência contra a mulher, o assédio moral e sexual, a

LGBTfobia, a homofobia, o racismo, a xenofobia, o etarismo e todas as formas de preconceito nesses espaços organizados pelo Sindicato.

Se tais resoluções se embasaram no cabedal teórico e político acumulado até aqui pelo Sindicato, verdade é também que se inspiraram na coragem dos depoimentos de professores e professoras gays, lésbicas, bissexuais reunidos no documentário “Narrativas docentes, memória e resistência LGBT”, produzido pelo ANDES-SN e lançado no congresso.

Noutro documentário, “Narrativas docentes – Memória e resistência negra”, professores(as) foram convidados(as) a exibirem seu repertório de vida – vida de negros e negras para quem a dignidade é uma conquista cotidiana. Nesse sentido, a reafirmação da posição do ANDES-SN pelas cotas étnico-raciais se deveu, também, àqueles depoimentos encarnados, que capturaram nossa razão e emoção. Não haveria forma mais adequada de convocar à luta contra as expressões, ainda hoje vigentes, do horrendo crime de lesa-humanidade – a escravidão dos negros e das negras. Crime afeiçoado pela aliança da cruz e da espada determinada a dominar o corpo e o espírito de imensas levas de gentes arrancadas de sua pátria e de seus povos na África, que mereceu lancinante súplica de Castro Alves, o poeta dos(as) escravos(as): “Senhor Deus dos desgraçados / Dizei-me Vós, Senhor Deus,/ se eu deliro... ou se é verdade/ tanto horror perante os céus?!”. Nunca será demais nem suficiente a luta pela redenção desse horror.

As deliberações na seara da política agrária, urbana e ambiental se dirigiram à premência da luta em defesa da demarcação integral dos territórios onde vivem quilombolas, indígenas e povos tradicionais. Nessa direção, o congresso pronunciou-se pelo fortalecimento da FUNAI com gestão democrática e orçamento suficiente para implementação das políticas a ela pertinentes. A defesa do meio ambiente foi também realçada como luta prioritária do ANDES-SN, contra a utilização predatória e indiscriminada de agrotóxicos, a transposição das águas do Rio São Francisco, a privatização dos mananciais de água doce e o avanço das mineradoras sobre Áreas de Proteção Ambiental (APA) e territórios indígenas e de povos tradicionais.

Preocupados(as) com os ataques às instituições públicas de ensino superior, os(as) participantes do 37º Congresso deliberaram pelo fortalecimento da Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior em todos os estados e pelo lançamento da Frente no Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Salvador, em março do corrente ano, e realização da semana de lutas do Setor das IEES/IMES em maio de 2018 contra a apropriação do fundo público pelo capital privado. Para o setor das IFES, os(as) congressistas deliberaram pela construção de campanha dos SPF articulando com FONASEFE e CNESF, a partir dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação do setor do funcionalismo público federal. Aprovaram, ainda, a necessidade de reafirmar e atualizar a pauta de reivindicações do setor das IFES aprovada em 2017 para protocolizá-la no MEC e no MPOG.

Os fragorosos debates nos grupos mistos e plenárias durante os cinco dias de congresso deram prova do vigor da categoria docente no combate aos desafios postos pela conjuntura. Foram também prova de força do nosso Sindicato a aprovação do retorno da ADUFMS à nossa base, a reorganização da SSIND UNICERRADO e o referendo da ADESFATEC. Vai na mesma direção de fortalecimento do Sindicato a criação do Fundo Nacional Permanente de Solidariedade aos(as)docentes que tenham

sofrido cortes ou suspensão de salários e o registro de duas chapas para concorrerem no processo eleitoral da diretoria do Sindicato, para o biênio 2018-2020.

A plenária final ocorreu no início da madrugada do dia 28 de janeiro sob a lua tímida que se escondia por trás de um véu branco de nuvens e derramava branda luz sobre o bairro do Cabula. Alimentados(as) pelos debates e resoluções, os(as) participantes saem do 37º Congresso mais fortes para o enfrentamento dos desafios postos pela conjuntura, como os(as) capoeiristas que se fortalecem na dança para a luta contra o inimigo. Revigorados(as), os(as) lutadores(as) vindos(as) de diversas partes do país comungam do mesmo sentimento expresso nestes versos: “A mão que toca um violão / se for preciso faz a guerra / O mesmo pé que dança um samba / Se preciso vai à luta / Capoeira. / Porta bandeira, capoeira / Desfilando vão cantando / Liberdade”.

Salvador, estado da Bahia

28 de janeiro de 2018.

MOÇÕES

Moção 1

Proponente: Sueli Goulart

Seção Sindical: Seção Sindical do Andes-SN na UFRGS

Destinatários: Reitor da UniRitter; Reitor da PUC-RS, Ir. Evilázio Teixeira; Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro (RS)

Endereços dos Destinatários:

Reitoria da PUC-RS
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1, Porto Alegre (RS), Brasil.
CEP 90619-900.
E-mail: reitoria@puhrs.br

Sinpro (RS)
Av. João Pessoa, 919 –Farroupilha
CEP 90040-000
Porto Alegre (RS)

Fato Motivador da Moção: Registrou-se, ultimamente, um aumento e uma aceleração consideráveis das demissões de professores nas faculdades e nas universidades particulares: duzentas demissões nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo; 127 na Laureate International Universities(UniRitter), em Porto Alegre; cerca de cem na PUC-RS (que se somam a duas outras levas de cem demissões em 2015 e 2016); sessenta despedidos na Metodista; cinquenta na PUC-MG; e 1.200 demitidos na Estácio de Sá (diversos *campi* em todo o país).

Moção de Repúdio às Demissões em Massa nas Faculdades e Universidades Particulares

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador(BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, denunciam os processos de demissões em massa que estão em curso nas instituições particulares de ensino superior. O Andes-SN sempre alertou para o fato de que os docentes do setor privado sofrem com a precariedade das condições de trabalho e dos salários, com a falta de liberação para pós-graduação, com a ausência de democracia e com a dificuldade de sindicalização. Porém, as empresas e as fundações da educação privada, sejam elas filantrópicas ou não, aproveitam a contrarreforma trabalhista para aumentar seus lucros, porém diminuindo os seus “custos”, isto é, demitindo professores com maior formação e/ou mais tempo na carreira, para contratar docentes mais precarizados. Isso impacta diretamente na qualidade do ensino. Assim, registrou-se, ultimamente, um aumento e uma aceleração consideráveis das demissões de professores nas faculdades e universidades particulares: duzentas demissões na FMU; 127 na UniRitter; cerca de cem na PUC-RS (que se somam a duas outras levas de cem demissões em 2015 e 2016); sessenta despedidos na Metodista; cinquenta na PUC-MG; e 1.200 demitidos na Estácio de Sá (diversos *campi* em todo o país). São apenas alguns exemplos, cabendo reparar

que os processos de demissões atingem tanto as instituições com fins explicitamente lucrativos quanto as ditas filantrópicas.

Salvo exceções, as demissões têm um perfil claro: visam reduzir a folha salarial. Demitem docentes com mais antiguidade (portanto, com algumas parcas “vantagens salariais”) e docentes mais recentes para fazer novas contratações, com salários rebaixados e condições contratuais pioradas. Para proceder a essas degolas em massa, as instituições, sejam filantrópicas ou não, aproveitam-se da nova legislação da contrarreforma trabalhista que entrou em vigor há cerca de dois meses.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 2

Proponente: Sueli Goulart

Seção Sindical: Seção Sindical do Andes-SN na UFRGS

Destinatários: Trabalhadores(as) da SMED/Multiclean; Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Porto Alegre; Secretário Adriano Naves de Brito

Endereço do Destinatário:

Secretaria Municipal de Educação –Smed
Rua dos Andradas, 680. CEP 90.020-004
Telefone: (51)3289-1988
E-mail:

Fato Motivador da Moção: Em apenas um ano à frente da prefeitura de Porto Alegre, o governo do prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB) desferiu diversos ataques à população da cidade, aprofundando a precarização dos serviços públicos. Depois de alterar a rotina das escolas, no início de 2017, desestruturando a organização das famílias, de parcelar os salários, incluindo o 13º, dos servidores da prefeitura e de encaminhar um PL que desmantela a carreira dos trabalhadores, encerrou 2017 sem efetuar o pagamento dos(das) trabalhadores(as) terceirizados(as).

Moção de Solidariedade aos(às) Trabalhadores(as) Terceirizados(as) de Porto Alegre

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam sua solidariedade aos(às) trabalhadores(as) terceirizados(as) da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Porto Alegre (RS). Em apenas um ano à frente da prefeitura de Porto Alegre, o governo do prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB) desferiu diversos ataques à população da cidade, aprofundando a precarização dos serviços públicos. Depois de alterar a rotina das escolas, no início de 2017, desestruturando a organização das famílias, de parcelar os salários, incluindo o 13º, dos servidores da prefeitura e de encaminhar um PL que desmantela as suas carreiras, o prefeito encerrou 2017 sem efetuar o pagamento dos (das) trabalhadores(as) terceirizados(as).

Nos primeiros dias de janeiro de 2018, com atraso de salário, 13º, férias, vale-transporte e vale-refeição, esses(as) trabalhadores(as) só foram recebidos(as) pela SMED depois de se mobilizarem e de irem à prefeitura e à secretaria exigir os seus

direitos. Além de enfrentarem condições de trabalho precárias e de, muitas vezes, sofrerem desvio de função, ainda recebem um péssimo tratamento do governo, o qual se exime de sua responsabilidade com esses(as) trabalhadores(as), atribuindo a culpa do não pagamento à empresa Multiclean, que, por sua vez, empurra a responsabilidade para a SMED. Nesse jogo cruel criado pela política de terceirização da prefeitura, em conluio com uma empresa sem compromisso com a educação e com funcionários(as), quem paga efetivamente caro são os trabalhadores(as), ficando, assim, completamente desamparados(as). Depois de três dias de mobilização, os pagamentos foram feitos, mas começaram as demissões dos(das) trabalhadores(as) que reivindicaram por seus direitos.

Esses fatos se repetem há anos com diferentes empresas terceirizadas, que declaram falência, deixando seus funcionários(as) sem receber. Apesar de agora terem recebido (com atraso) seus salários, não há garantias para aqueles(as) que continuam empregados(as), pois, de acordo com o secretário de educação de Porto Alegre, o contrato entre a prefeitura e a empresa ainda não foi renovado.

Assim, manifestamos nosso apoio aos(às) trabalhadores(as) terceirizados(as) da SMED/Multiclean de Porto Alegre. Contra as demissões e perseguições! Pelo fim do assédio aos(às) trabalhadores(as) da SMED/Multiclean!

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 3

Proponente: Sueli Goulart

Seção Sindical: Seção Sindical do Andes-SN na UFRGS

Destinatários: Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. José Ivo Sartori;
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Endereços dos Destinatários:

Palácio Piratini. Praça Marechal Deodoro, s/n. Porto Alegre (RS)
CEP:90010-900

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Praça Marechal Deodoro, 101,
Porto Alegre/RS. CEP: 90010-300

Fato Motivador da Moção: O governo Sartori, no Rio Grande do Sul, usa o discurso da crise para justificar a extinção das fundações estaduais e o arrocho, o atraso e o parcelamento dos salários dos servidores, ao mesmo tempo em que amplia os incentivos e as isenções fiscais às grandes empresas.

Moção de Repúdio ao Governo Sartori e ao Desmonte dos Serviços Públicos no Rio Grande do Sul

O governo Sartori, no Rio Grande do Sul, usa o discurso da crise para justificar a extinção das fundações públicas estaduais e o arrocho, o atraso e o parcelamento dos salários dos servidores, ao mesmo tempo em que amplia os incentivos e as isenções fiscais às grandes empresas.

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam solidariedade aos servidores gaúchos e, em especial, aos trabalhadores que lutam em defesa da educação pública. E repudiam o governo Sartori e a sua política de desmonte dos serviços

públicos, de repressão aos movimentos sociais e de entrega do patrimônio público aos interesses privados.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 4

Proponente: Sueli Goulart

Seção Sindical: Seção Sindical do Andes-SN na UFRGS

Destinatários: Prefeito de Porto Alegre, sr. Nelson Marchezan Júnior; Câmara Municipal de Porto Alegre

Endereços dos Destinatários:

Gabinete do Prefeito

Praça Montevideó, nº 10, Porto Alegre

CEP: 90010-170

Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255, Porto Alegre

CEP: 90013-901

E-mail: camara@camarapoa.rs.gov.br

Fato Motivador da Moção: Ataques à carreira e aos serviços públicos municipais de Porto Alegre, atrasos de salários e tentativas de privatização de empresas públicas.

Moção de Solidariedade à Categoria de Municipários de Porto Alegre e de Repúdio aos Desmandos do Prefeito

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, repudiam veementemente os ataques do prefeito Nelson Marchezan Júnior aos servidores municipais de Porto Alegre e, por consequência, aos usuários de serviços públicos no município. Agindo como se a municipalidade fosse uma empresa, o prefeito posa de “gestor moderno”, com o tacão dos capatazes. Manifestamos nossa solidariedade aos servidores municipais que, submetidos a parcelamento de salários, desde junho de 2017, lutam contra o pacote de maldades da prefeitura, a qual tem, entre seus principais projetos, o sucateamento (para fins de privatização) de empresas municipais sólidas e a retirada de direitos dos trabalhadores. Com vigor, os municipários realizaram uma greve de quarenta dias, fortalecendo a unidade da categoria em torno de suas lutas e da defesa do patrimônio público dos porto-alegrenses. Ainda assim, tiveram a alíquota da previdência aumentada de onze para catorze por cento, a Câmara de Vereadores aprovou o PL 026/2017 que regulamenta o parcelamento do 13º (em até dez vezes) dos municipários ou o empréstimo bancário, e deve ser votado em fevereiro um PL que altera a carreira das servidores/as públicos municipais.

Por serviço público de qualidade!

Nenhum direito a menos!

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção6

Proponentes: Delegações da Adcesp e da Sindcefet-PI

Destinatário: Governo do Estado do Piauí

E-mail: sead@sead.pi.gov.br; secgov@secgov.pi.gov.br

Fato Motivador da Moção: Confisco de contribuição sindical pelo governo Wellington Dias (PT) no Piauí.

Moção de Repúdio ao Governo Wellington Dias (PT) que se Apropria Indevidamente da Contribuição dos Sindicatos

O governo Wellington Dias (PT) tem sistematicamente atrasado o repasse de contribuição associativa que deveria ser feito aos sindicatos e às associações de servidores públicos estaduais.

Com essa medida, o governo comete uma ilegalidade (apropriação indébita), já que os descontos têm sido realizados normalmente, nos contracheques dos associados e dos sindicalizados.

Tal prática, além de ser uma irregularidade administrativa grave, representa um ataque político ao direito de livre organização sindical, uma vez que afeta a vida dos sindicatos, causando problemas imediatos também aos funcionários das entidades envolvidas, ocasionando, assim, atraso de salários e do pagamento de obrigações sociais.

Diante disso, o(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam total repúdio ao governo Wellington, ao mesmo tempo exigem a normalização dos repasses sindicais e associativos.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção7

Proponentes: Ana C. G. Marsiglia; Janaína B. Depianti; José Antônio Rocha Pinto; Juliana I. Melim; Maria Daniela Macedo; Raphael G. Furtado; Ricardo R. Behr; Rosilene G. Ferraz; Valter P. Pereira; Leonardo Dutra

Seção Sindical: Adufes

Destinatários:

Governo do Estado do Espírito Santo

Endereço: Praça São Clímaco, 142, Cidade Alta, Centro, Vitória (ES), CEP: 29015-110

Secretaria de Estado da Educação

Endereço: Av. César Hilal, 1111, Santa Lucia, Vitória (ES), CEP: 29056-085

E-mail: secretario@sedu.es.gov.br

Fato Motivador da Moção: Acordo de Cooperação da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) do Espírito Santo com a organização Ensina Brasil, do setor privado, para atuação nas escolas estaduais.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do ANDES-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam repúdio ao Acordo de Cooperação da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu) com a organização do setor privado denominada Ensina Brasil, para atuação nas escolas públicas estaduais. Tal parceria objetiva recrutar, selecionar e formar “lideranças” ao exercício temporário (contrato de dois anos) na função da docência, sendo que o/a contratado(a) não precisa apresentar formação em cursos de licenciatura, o que representa desqualificação do trabalho realizado pelo ensino superior à formação de professores(as). A remuneração se dá por meio de bolsas, e o(a) contratado(a) deve passar por treinamento de cinco semanas, oferecido pela organização Ensina Brasil.

Nesse momento, a Sedu prepara concurso para efetivação de professores/as. O número de vagas oferecidas revela que muitos cargos não serão preenchidos por docentes concursados. Diversas escolas, a despeito de resistências do coletivo escolar, vêm recebendo o programa Ensina Brasil sem discussão de base e acordo com a comunidade.

Dessa forma, reiteramos o repúdio a essa abjeta forma de recrutamento, que não garante a qualidade da formação e do trabalho docente, contrariando a defesa dos serviços e dos concursos públicos.

A precarização do trabalho em geral e do trabalho docente em particular, que cresce de forma galopante, tem consequências não apenas aos(as) professores(as) licenciados(as) ou alunos(as) de cursos de licenciatura que terão seus postos de trabalho ocupados por indivíduos sem formação. Tem deletérios efeitos também sobre o desenvolvimento humanizado das novas gerações, ao negar à população que frequenta a escola pública a possibilidade de uma formação de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção9

Proponente: Delegação da Apruma Seção Sindical do Andes-SN

Seção Sindical: Apruma Seção Sindical do Andes-SN

Destinatários: Governo Federal, Governador do Maranhão e Prefeito de São Luís

Fato Motivador da Moção: Repúdio à WTorre e ao Governo do Estado do Maranhão e de apoio à Comunidade Cajueiro, em São Luís (MA)

Moção de Repúdio à WTorre e ao Governo do Estado do Maranhão e de Apoio à Comunidade Cajueiro, em São Luís (MA)

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador(BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, solidarizam-se com a comunidade tradicional do Cajueiro, em São Luís do Maranhão, e somam-se a mais de

uma centena de instituições e de movimentos sociais do Brasil e do exterior, que denunciaram o apoio dos governos federal e estadual do Maranhão a uma empresa de fachada, WPR São Luís Portos e Terminais, de propriedade da corporação WTorre, esta envolvida em diversas denúncias e investigações sobre malversação de dinheiro, e que tenta expulsar aquela comunidade para em seu território construir um porto privado.

Desde 2014, o Cajueiro sofre com a jagunçagem explícita da WTorre, que se caracteriza pela derrubada de casas, em 2018 mais uma foi ao chão, somando-se as outras dezenove derrubadas de modo ilegal, forçando o despejo de uma comunidade que conta com título de assentamento rural (escritura coletiva em nome da comunidade), emitido pelo próprio Estado, que atualmente, com boa parte da mídia maranhense, se dobra a uma corporação eivada de suspeições.

Ao nos reunirmos neste 37º Congresso, marcado pela defesa dos direitos dos trabalhadores, não podemos deixar de nos posicionar firmemente ao lado dos trabalhadores do Cajueiro, pescadores, marisqueiros, quebradeiras de coco babaçu, que estão sofrendo com a violência simbólica e explícita, relativa à negação do direito ao uso produtivo da natureza e negação à moradia, geradas pela devastação já causada pela empresa no local, além da inobservância por parte do Estado de pré-requisitos para que as licenças do empreendimento pudessem ser emitidas – com destaque para a falta de audiências públicas para tratar desse assunto.

Cajueiro resiste!

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 10

Proponentes: Delegação da Adesfaetec S.Sind.

Seção Sindical: Adesfaetec S.Sind.

Destinatários: Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social (SECTDS); Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec); Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro

Endereços dos Destinatários:

Palácio Guanabara, Rua Pinheiro Machado, s/n, Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ)

Cidade: Rio de Janeiro (RJ)

CEP: 22231-090

Rua Erasmo Braga 118, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ)

Rua: Clarindo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro (RJ)

Rua: Dom Manuel, s/n, Centro Palácio XXIII de Julho (Anexo Palácio Tiradentes)

Fato Motivador da Moção: Ausência de Autonomia na IES

Moção de Apoio

O(a)s delegados(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam seu apoio a constituição de processo eleitoral para presidência da Faetec/RJ, bem como a criação de conselhos superiores deliberativos compostos por representantes do três segmentos da Fundação, eleitos pelo voto direto na base da comunidade acadêmica, tendo como referência à proposta do Andes-SN para universidade brasileira, a qual compreende que qualquer Instituição de ensino superior pública tem de se pautar pelos princípios de autonomia universitária, pela indissociabilidade de ensino pesquisa e extensão e por uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 11

Proponente: Delegação da ASDUERJ

Seção Sindical: ASDUERJ

Fato Motivador da Moção: Falecimento da professora homenageada

Moção de Homenagem

O(a)s delegados(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam homenagem à professora e socióloga Moema Toscano, professora da UFRJ, aposentada compulsoriamente pelo AI-5 e feminista desde finais da década de 1950. Participou do Cedim/RJ, com destacado ativismo em defesa da mulher.

Como socióloga, publicou livros, artigos, principalmente sobre o ensino da sociologia no ensino médio, com mais de vinte reedições. Reintegrada à UFRJ em 1981, quando da Anistia, recusou qualquer indenização monetária. Dirigiu vitoriosamente a luta pela presença das disciplinas de sociologia, filosofia e espanhol na grade curricular do ensino médio, na Constituição do Estado do RJ, em 1989. Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de agosto de 2017.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 12

Proponente: Jairo Rocha Ximenes Ponte

Seção Sindical: Adufersa

Destinatário: Prefeito de Beberibe –Padre Pedro da Cunha

Endereço: R. João Tomás Ferreira, 42, Beberibe (CE), CEP 62840-000

E-mail: gabinete@beberibe.ce.gov.br

Secretária de Educação de Beberibe – Marta Cordeiro

Endereço: R. João Tomás Ferreira, 42, Beberibe (CE), CEP 62840-000

E-mail: educa@beberibe.ce.gov.br

Promotor de Justiça na Comarca de Beberibe –Diego Barroso Medeiros Pinheiro

Rua Joaquim Facó, 244, Novo Planalto, Beberibe (CE), CEP 62840-000

Telefone: (85) 3338-1171

E-mail:

Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes – Silas Carvalho da Silva

Endereço: Pousada Recanto Verde, s/n, Paripueira, Beberibe (CE), CEP 62844-000

Telefone: (85) 3378-2216

Fato Motivador da Moção: A Prainha do Canto Verde é uma reserva extrativista na zona costeira do Ceará, município de Beberibe, cuja comunidade sofre constantes ataques na sua autonomia e na sua organização de setores ligados à especulação imobiliária e ao turismo predatório. O mais recente ataque à autonomia e à organização da comunidade tem sido as tentativas de interferência na organização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes, edificada pela comunidade, por parte de uma empresa educacional (Organização Educacional Farias Brito Ltda), que mantém um colégio de elite em Fortaleza e pertence ao mesmo grupo que é proprietário de uma construtora com interesse imobiliário na região. A mais recente interferência se materializou por meio do convênio firmado entre o município e a empresa educacional, a qual mitiga gravemente a atuação do conselho escolar e permite a tal empresa conduzir o processo didático pedagógico de acordo com suas concepções e interesses. O arranjo estabelecido no convênio, além de violar a LDB e os princípios de gestão democrática da educação da escola, conforme parecer elaborado por professores da faculdade de direito da UFC, é especialmente nocivo à comunidade na medida em que permite à empresa educacional dirigir pedagogicamente a escola, o que boicota a capacidade da comunidade e cria um flanco de legitimação dos discursos e de práticas contrários à permanência da Resex e favoráveis à especulação imobiliária.

Moção de Desacordo

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam desacordo com o Convênio de Cooperação Técnica realizado em janeiro de 2018, entre o município de Beberibe (CE) e a Organização Educacional Farias Brito Ltda., o qual viola os princípios de gestão pedagógica e democrática previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que permeiam o ensino público e se opõe frontalmente aos interesses da comunidade da reserva extrativista (Resex) da Prainha do Canto Verde. A LDB prevê a participação efetiva dos profissionais da educação na elaboração e na execução do projeto político pedagógico das instituições escolares.

No nosso entendimento, esse princípio de gestão democrática deve ser respeitado naquela Resex e em todo o município de Beberibe.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 14

Proponente: Leonardo Severo da Luz Neto

Seção Sindical: Adunir

Destinatário: Universidade Federal de Rondônia

Fato Motivador da Moção: A Adunir é a entidade legalmente constituída para representar os docentes na Universidade Federal de Rondônia (Unir), sendo uma condição prevista no Estatuto da universidade. Desde sua criação, na década de 1980, a Adunir tem realizado as eleições para representantes docentes nos Conselhos Superiores da Unir. Recentemente, a reitoria da instituição superior destituiu a Adunir dessa

atribuição para garantir que os referidos conselhos fossem constituídos, majoritariamente, por pessoal afinado, do ponto de vista político, com a reitoria. Isso foi levado a cabo com o não reconhecimento das eleições realizadas pela Adunir em outubro de 2017, com a convocação de eleições dirigida por uma comissão diretamente ligada à reitoria, cujo seu presidente foi o atual vice-reitor. Ainda, as eleições realizadas em novembro de 2017, pela comissão da reitoria, aconteceram na internet, em programa elaborado pela própria Unir, em que ocorreram diversas irregularidades, tais como número de votos maior que o de votantes; falta de divulgação de fotografia de candidatos opositoristas; e, ainda, com a denúncia de malversação do programa eleitoral *online*, em que o *login* para acessar a plataforma eleitoral foi o CPF de cada docente. E a senha foi a mesma que está armazenada no Banco de Dados do Sistema Integrado de Gestão Universitária, a qual é acessível ao gestor do programa, cargo de escolha e de nomeação do reitor, oportunizando, assim, o surgimento de dúvidas, de denúncias e de ajuizamento de ações contra tais eleições, gerando como resultado a eleição dos membros vinculados politicamente à reitoria. Isso culminará na formação de conselhos superiores com a formação de mais de 80% de conselheiros aliados à reitoria em detrimento das reais necessidades de representação da comunidade acadêmica. Dessa forma, o reitor governará absoluto, pois não encontrará resistência a atos perniciosos ou abusivos no seio daquela universidade, o que já ocorre, como, por exemplo, em relação à demissão de servidores técnicos ou docentes com base em relatório de comissões suspeitas, além da instauração de processos administrativos disciplinares, entre outros. Por essas e outras razões, solicitamos que este 37º Congresso do Andes-SN aprove a moção.

Moção de Apoio e de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam total apoio à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (Adunir-SSIND) na luta pela defesa de seu papel na eleição de Representantes Docentes nos Conselhos Superiores, sendo onze docentes no Conselho Superior Acadêmico (Consea); dez docentes no Conselho Superior de Administração (Consad); totalizando 21 docentes no Conselho Universitário (Consun), ao passo que repudiam todos os atos da reitoria daquela universidade, a qual impede que a Adunir-SSIND realize tais eleições, mas permite que o DCE e o Sindicato dos Trabalhadores Técnico Administrativos (Sintunir) realizem as eleições de seus representantes estudantis e representantes técnicos nos mesmos conselhos superiores. O Congresso do Andes-SN entende que essas medidas são discriminatórias e agressivas, além de representarem uma violência da atual reitoria praticada contra o sindicato docente – especialmente porque não reconhece as eleições realizadas pela Adunir-SSIND em outubro de 2017 e realizou, em novembro de 2017, eleições dirigidas diretamente pela reitoria.

Salvador, 26 de janeiro de 2018.

Moção15

Proponentes: João da Costa Chaves Jr., Antonio Luis de Andrade e Milton Vieira do Prado Jr

Seção Sindical: Adunesp

Destinatários: Professor Dr. Sandro Roberto Valentini, Reitor da Unesp e Presidente do Conselho Universitário da Unesp

Endereço dos Destinatários: Reitoria da Unesp –Rua Quirino de Andrade, 215, CEP 01049-010, São Paulo (SP)

Fato Motivador da Moção: Não pagamento do 13º salário para os servidores técnico-administrativos e os docentes estatutários da Unesp em dezembro de 2017, e parcelamento do valorem duas vezes, a primeira em 12 de janeiro, de 2018, e a segunda prometida para 9 de fevereiro de 2018.

Moção de Apoio e de Protesto

Os(as) delegados(as) presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam sua grande preocupação pelo fato de não ter sido honrado o pagamento do 13º salário aos servidores estatutários da Unesp na data legalmente estabelecida. Apoiam a luta dos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp e apresentam veemente protesto em relação à atitude da reitoria de parcelar esse pagamento ao arrepiço da lei, impondo sacrifícios a todos e contribuindo para a deterioração da qualidade de vida daqueles que sustentam a qualidade dos relevantes serviços prestados por essa importante universidade pública paulista.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 17

Proponentes: João da Costa Chaves Jr.; Paulo Cesar Centoducatte; Eliel Soares Orenha.

Seções Sindicais: Adunesp; Adunicamp; Adusp

Destinatários: Todos os deputados estaduais paulistas, conforme lista anexada.

Endereços dos Destinatários: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), cidade de São Paulo (SP) e Av. Pedro Álvares Cabral, 201. São Paulo (SP) CEP 04097-900.

Fato Motivador da Moção: Tramitação da PEC 5– proposta de emenda à constituição estadual que fixa o subteto salarial dos servidores públicos paulistas em 90,25% do salário dos ministros do STF – cuja tramitação tem encontrado forte oposição por parte do governador Geraldo Alckmin e de se sua base de apoio na Alesp. Juntamente com diversas entidades de servidores públicos estaduais, tem sido feita uma intensa campanha com os deputados estaduais que resultaram no compromisso do presidente da Casa, o deputado Cauê Macris, de colocar a PEC 5 em votação, logo que se reabram os trabalhos da Alesp em fevereiro de 2018. Trata-se de um movimento que reivindica que a carreira do servidor público deva ser uma carreira de estado, e não de governo e,

portanto, não pode estar atrelada aos subsídios do governador que, atualmente, são fixados por meio de projeto de lei emanado do executivo estadual e aprovado pela Alesp.

Moção de Apoio

Os(as) delegados(as) presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam seu apoio à luta dos servidores docentes das universidades estaduais paulistas e dos demais funcionários públicos paulistas, pela aprovação da PEC 5, para que os seus salários sejam limitados por parâmetros que se coadunem com uma política de estado, e não de governo, de modo a garantir o cumprimento das expectativas de remuneração condizentes com a carreira docente e de demais serviços públicos. Diante disso, instam os(as) deputados(as) desta Casa que envidem esforços no sentido de aprovar a PEC5, cumprindo, assim, a sua obrigação de valorizar o serviço público em seu estado.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 18

Proponentes: Ana Luiza J. Costa; César Augusto Minto; Eliel Soares Orenha; Everaldo Andrade; Jean Pierre Chauvin; João Zanetic; Lighia H. Matsushigue; Marcos Sorrentino e Waldir Beividas

Seção Sindical: ADUSP

Destinatários: STF, Câmara dos Deputados (Federal) e Senado Federal

Endereços dos Destinatários: Brasília

Fato Motivador da Moção: Condenação do ex-presidente Lula.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam que o uso discriminatório de instrumentos investigativos tem incentivado a crescente judicialização da política e a politização da Justiça, resultando em um ativismo do judiciário que, sob o mote “os fins justificam os meios”, tem favorecido os setores mais conservadores da sociedade.

A condenação do ex-presidente Lula acentua o estado de exceção em curso, aprofundando o impedimento de Dilma, presidente legitimamente eleita, bem como simboliza um ataque frontal às formas legítimas de mobilização da(o)s trabalhadore(a)s brasileiros.

Face a mais esse episódio de arbitrariedades que afronta a democracia e outros que certamente põem em risco a própria universidade pública brasileira, os signatários vêm exortar a categoria docente a se posicionar bem como atuar efetivamente em favor da defesa intransigente do estado de direito, das instituições democráticas, das organizações sindicais e das políticas dos trabalhadores, e contra a judicialização da luta política.

Já vivemos situações semelhantes durante a ditadura militar e muito aprendemos, ao suportar e enfrentar o que nos obrigaram a vivenciar. Não vamos tolerar nenhuma investida contra a democracia e contra as condições de vida no Brasil!

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 19

Proponentes: Adolfo Oliveira (ADUFPA); Ana Paula Medeiros (Apub); Arcelio Benetoli (ADUEPG); Claudio Mendonça (Apruma), Emerson Duarte (Sinduepa); Fernanda Mendes (Sinduepa); Henrique Saldanha (Apub); Patrícia Ferreira (Apes); Raquel Dias (Sinduece), Thiago Barreto (APESJF); Zaira Valeska (Sinduepa)

Seções Sindicais: Sinduepa e demais

Destinatário: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Fato Motivador da Moção: Prisão de militantes de movimentos sociais pela polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Moção de Solidariedade

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam solidariedade aos 26 militantes do Levante Popular da Juventude, do MST, do MPA e aos jornalistas do Mídia Ninja, os quais foram presos no dia 24 de janeiro de 2018, em Porto Alegre (RS), por participarem, em protestos, do movimento contra o resultado do julgamento em segunda instância do ex-presidente Lula. Repudiamos veementemente a ação truculenta da polícia que visa intimidar militantes de causas sociais, em particular a juventude. Temos a certeza de que essas ações têm a finalidade de suprimir na prática (sem legislar) o direito de associação e livre manifestação dos movimentos populares, sociais e sindicais e das organizações políticas.

Pelo direito de livre associação e manifestação!

Pela defesa da democracia!

Salvador, 27 de janeiro de 2018

MOÇÃO 20

Proponentes: Luiz Fernando Reis e delegações das seções sindicais proponentes

Seções Sindicais: Adunioeste; Sesduem; Sinduepg; Sindunespar; Sindiprol/Aduel

Destinatários: Governo do Estado do Paraná; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Endereço: Palácio do Iguazu Praça Nossa Senhora de Salette, s/n, Centro Cívico, Curitiba (PR), CEP 80.530-909

Fato Motivador da Moção: Ataques do governo estadual contra a autonomia e os direitos dos docentes e técnicos das universidades estaduais do Paraná.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam repúdio ao governador do Paraná Beto Richa (PSDB), o qual, especialmente a partir de 2015, tem adotado medidas que afrontam a combatida autonomia das universidades estaduais do Paraná, constituindo-se em ataque sem precedentes aos direitos dos servidores docentes e técnicos. Tais afrontas podem ser sintetizadas nas seguintes medidas: postergação da implantação de progressões e de promoções de servidores docentes e técnicos; saque de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões do Fundo Previdenciário dos servidores, no período de 2015 a 2018; desrespeito à legislação estadual que garantia a revisão geral anual de salários ao conjunto dos servidores; redução dos recursos orçamentários, especialmente para o custeio e investimento; restrição da contratação de docentes e de técnicos por meio de concurso público; ataque à autonomia universitária por meio de decretos e tentativa de centralização do processamento da folha de pagamento das universidades estaduais, na Secretaria de Estado da Administração e Previdência; e descaracterização da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho docente.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 21

Proponente: Carmen Susana Tornquist

Seção Sindical: APRUDESC

Destinatário: SEC de SC

Endereço: Secretaria de Segurança Pública de SC

Fato Motivador da Moção: Apoio ao povo Xokleng-Laklanõ.

Moção de Apoio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam seu apoio à solicitação do povo Xokleng-Laklanõ, para apuração imediata em relação aos responsáveis pelo assassinato do professor Marcondes Namblá, ocorrido em janeiro de 2018, bem como o empenho da Secretaria de Segurança Pública do Estado de SC em apurar adequadamente os crimes cometidos contra populações indígenas

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 22

Proponente: Renato Lima Barbosa

Seção Sindical: Sindiprol/Aduel

Destinatários: Sesduem; Governo do Estado do Paraná; Comunidade Maringaense e Paranaense

Endereço: Rua Professor Itamar Orlando Soares, 305, Maringá (PR), CEP 87020-270

E-mail: sesduem@gmail.com

Fato Motivador da Moção: Dois anos sem reposição salarial, ameaça de não pagamento de salário do mês de janeiro de 2018 e assédio constante para transferência do processamento da folha de pagamento por meio do Sistema Meta4, o que significa o fim da autonomia da(o)s trabalhadora(e)s.

Moção de Apoio

O(a)s delegados(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam apoio a(os) companheiro(a)s trabalhadore(a)s da UEM, que, além de estarem há mais de dois anos sem reposição da inflação, agora sofrem ameaças do não pagamento de seus salários do mês de janeiro de 2018, por não aceitarem a perda da pouca autonomia que ainda os resta por meio da inclusão no Sistema Meta4. Por isso, nosso apoio ao Indicativo de Greve do Sesduem.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 23

Proponente: Carmen Susana Tornquist

Seção Sindical: APRUDESC

Destinatário: Prefeito de Florionópolis, Gean Loureiro

Cidade: Florionópolis (SC)

Moção de Apoio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam seu apoio à reivindicação do movimento indígena de SC, e de seus apoiadores, no sentido de garantir a permanência, em condições adequadas, durante o período do verão, no qual centenas de indígenas, em especial da etnia Caingangue, buscam o litoral para vender seus artesanatos, base importante de sua sobrevivência atual.

A ignorância, a desconsideração e a demora na construção de espaços adequados não apenas dificultam o trabalho dos indígenas, como também vulnerabilizam a sua situação de forma generalizada, levando a situações extremas, como o caso do pequeno Victor Pinto Kaingangue, assassinado em 31 de dezembro de 2016.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

MOÇÃO 24

Proponente: Carmen Susana Tornquist

Seção Sindical: APRUDESC

Destinatário: Ministro Alexandre de Moraes

Endereço: STF

Cidade: Brasília (DF)

Fato Motivador da Moção: O reconhecimento do território dos guaranis em relação à terra indígena Morro dos Cavalos.

Moção de Apoio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam seu apoio à luta dos guaranis em relação à terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, pelo reconhecimento pleno e imediato de seu território, tradicionalmente ocupado, cuja delimitação física já foi realizada. Apoiam a homologação e o registro na SPU. A conclusão desse processo, além de garantir os direitos territoriais dos guaranis, permitirá também que as atuais violências, os crimes e os ataques aos direitos humanos de todos e todas indígenas que vivem nessas comunidades sejam mitigados e, quiçá, eliminados.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 25

Proponentes: Edmilson Aparecido da Silva e Delegações das Seções Sindicais Proponentes

Seções Sindicais: Sesduem; Adunioeste; Sinduepg; Sindunespar; Sindiprol/Aduel; Regional Sul do Andes-SN

Destinatários: Reitor da Universidade Estadual de Maringá; Governo do Estado do Paraná; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Endereço: Av. Colombo, 5.790, Maringá(PR), CEP 87.020-900

E-mail: www.uem.br

Fato Motivador da Moção: Ameaças e intimidações do Governo Estadual do Paraná e do Poder Judiciário contra o posicionamento do Reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), professor Dr. Mauro Baesso, em defesa da autonomia da Universidade Estadual de Maringá

Moção de Solidariedade

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam sua solidariedade ao professor doutor Mauro Baesso, reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que, pelo seu firme posicionamento em defesa da autonomia universitária, continua resistindo às tentativas do governo Beto Richa (PSDB) em impor a centralização, em Curitiba, do processamento da folha de pagamento da Universidade Estadual de Maringá, por meio do Sistema RH Meta4. Esse sistema permitirá ao governo estadual intervir na gestão acadêmica e de pessoal, postergar a implantação de progressões e de promoções e dificultar a concessão da dedicação exclusiva como regime de trabalho aos docentes, a exemplo do que já ocorre em universidades que já processam suas folhas por esse sistema.

O professor Mauro Baesso, apesar de decisão liminar concedida ao governo estadual pelo Judiciário, que impõe uma multa diária à pessoa física do reitor e o ameaça com a penhora de seus bens pessoais, é o único reitor das IEEs paranaenses que continua se recusando a enviar documentação que permitiria ao governo implantar o Sistema RH Meta4. Para tanto, o reitor tem envidado todos os esforços para recorrer de tal decisão e, apesar das ameaças e intimidações dos Poderes Executivo e Judiciário, continua se posicionando com firmeza e determinação em defesa da autonomia da Universidade Estadual de Maringá. Tal posicionamento infelizmente não tem sido seguida pelos demais reitores em defesa da autonomia das universidades estaduais do Paraná.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 26

Proponentes: Delegações da ADUFPI; Adcesp; Sindcefet (PI)

Destinatários: Centro Acadêmico da Educação do Campo (Caedcampo); Licenciatura em Educação do Campo UFPI; Campus Ministro Petrônio Portela

Endereços dos Destinatários: Teresina (PI); CEP64049-550

Fato Motivador da Moção: Tentativa de criminalização da organização estudantil da Educação do Campo, que promoveu, no dia 8 de agosto de 2017, a marcha para a reitoria da UFPI com objetivo de reivindicar abertura de edital de ingresso de camponeses à universidade.

Moção de Solidariedade aos Alunos do Curso de Educação do Campo da UFPI

Durante a realização do 37º Congresso do Andes-SN, na cidade de Salvador (BA), a comitiva formada por delegada(o)s e observadora(e)s da ADUFPI, Adcesp e Sindcefet-PI concordaram em prestar solidariedade aos alunos Igor dos Santos, Francisco Sávio Silva e Daniel da Silva Santos, os quais foram intimados a depor na sede da superintendência da polícia federal por suposto crime de depredação do patrimônio público.

Segundo informações preliminares, o processo guarda relação aos acontecimentos do dia 8 de agosto de 2017, quando os alunos da Ledoc foram solicitar ao então reitor da UFPI a abertura de edital para o preenchimento de 240 vagas à população camponesa e historicamente desassistida do Piauí. Ao chegarem ao prédio da reitoria, houve impedimento aos alunos da Ledoc por parte dos seguranças da universidade. Terminando por ocasionar a quebra da porta de vidro que dá acesso ao gabinete.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 27

Proponentes: Lighia B. H. Matsushigue; João Zanetic

Seção Sindical: Adusp

Destinatários: Promotoria de Saúde do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Adusp; Sintusp; DCE Livre da USP

Fato Motivador da Moção: O plano de desmonte do Hospital Universitário da USP, pelo reitor da mesma universidade, em “parceria” com o governador do Estado de São Paulo

Moção de Reconhecimento

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam que o HU da USP é um hospital-escola, altamente reconhecido, tanto pelos profissionais de saúde e estudantes, que lá prestam assistência e adquirem sua formação na prática, quanto pelo meio milhão de habitantes do Butantã, bairro de São Paulo, em que se situa. Sob

protestos reiterados de usuários, de funcionários do HU, de estudantes e de docentes, o HU vem sendo submetido, pela reitoria da USP, a um desmonte, como resultado da demissão de 406 funcionários, por decorrência de dois planos incentivados de demissão voluntária. Isso provocou, até mesmo, a suspensão de atividades de seus prontos-socorros infantil e adulto, com consequências trágicas. Por outro lado, na votação do orçamento do estado de São Paulo, o coletivo (de moradores) Butantã na Luta, no qual atuam dois delegados da Adusp, conseguiu a aprovação de uma suplementação de R\$ 48 milhões para o HU. Há necessidade, ainda, de pressão sobre a reitoria da USP para que esses recursos sejam utilizados na contratação de 406 funcionários para repor o HU na plenitude de seu funcionamento.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

MOÇÃO 28

Proponentes: Jaqueline Durigon; Márcia Borges Umpierre; Eduardo Dias Forneck; Sérgio Botton Barcellos; Lucas Cerqueira; Manoel Luis M. da Cruz; Gustavo Borba de Miranda; Ubiratã Jacobi; Dileno Dustan

Seções Sindicais: Aprofurg e APESJF

Destinatários: MEC; Coordenadorias Regionais de Educação; Secretarias Municipais de Educação

Fato Motivador da Moção: Crescente número de processos de fechamento das escolas do Campo e cortes em programas e políticas públicas de incentivo à educação do campo.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam repúdio ao desmantelamento dos programas e das políticas de fomento à educação do campo, incluindo cortes nos recursos destinados às licenciaturas e ao crescente número de processos de fechamento de escolas do campo, tanto em nível estadual quanto municipal.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 29

Proponentes: Raphael Furtado e Juliana Mielim (Adufes); Alyne Oliveira, Aritana Dutra, Luís Silva e Patrícia Andrade (Sindcefet-PI); Daniela Santos e Sinoelia Pessoa (Aduneb); Hélio Cabral (Aduferpe); Antônio Belon (Adleste); João Carlos Gilli (Sedufsm); Welbsson Madeira (Apruma); Catarina Malcher (Apruma)

Endereço dos Destinatários: Presidente da Argentina, Buenos Aires

Fato Motivador da Moção: Perseguição e criminalização dos lutadores sociais da Argentina.

Moção de Repúdio à Perseguição a Sebastián Romero pelo Governo Macri

As jornadas de 14 e 18 dezembro de 2017 contra a Reforma da Previdência na Argentina mostraram uma enorme disposição de luta daquela(e)s trabalhadora(e)s para enfrentar os planos do governo Macri.

Para buscar conter a(o)s trabalhadora(e)s, o governo utilizou da força para reprimir centenas de milhares de manifestantes, deixando muitos feridos, alguns em estado grave, sendo que três perderam um olho. E o companheiro Sebastián Romero, por utilizar um fogo de artifício de venda livre em meio a uma brutal repressão, foi perseguido pelos meios de comunicação e a justiça quer prendê-lo. Outros militantes sociais foram detidos em uma prisão comum.

Além disso, atualmente, existem vários presos políticos na Argentina e há mais de sete mil trabalhadores processados por lutarem no país.

Assim, o(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, repudiam a criminalização dos lutadores sociais realizadas pelo governo Macri e exigem das autoridades políticas e judiciais da Argentina o fim da repressão contra a(o)s trabalhadora(e)s e suas organizações. A perseguição a Sebastián Romero e aos demais companheiros deve terminar. Enfrentar essa caçada é hoje uma necessidade de primeira ordem para os que querem barrar os ajustes e as reformas do governo Macri.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção30

Proponente: Edmilson Aparecido da Silva

Seção Sindical: Sesduem

Destinatário: Sindiprol/Aduel; Governo do Estado do Paraná; Comunidade Maringaense e Paranaense

Endereço: Rua Professor Itamar Orlando Soares, 305, Maringá (PR), CEP 87020-270

E-mail: sesduem@gmail.com

Fato Motivador da Moção: Dois anos sem reposição salarial, ameaça de não pagamento de salário do mês de janeiro de 2018 e assédio constante para transferência do processamento da folha de pagamento por meio do Sistema Meta4, o que significa o fim da autonomia do(a)s trabalhador(a)s.

Moção de Apoio

O(a)s delegados(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam apoio a(o)s companheiros(a)s trabalhadores(a)s da UEL, que além de estarem há mais de dois anos sem reposição da inflação, atualmente sofrem com as ameaças do não pagamento de seus salários do mês de janeiro de 2018, por não aceitarem a perda da pouca autonomia que ainda os resta pela inclusão no Sistema Meta4. Por isso, nosso apoio ao Indicativo de Greve do Sindiprol/Aduel.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 31

Proponente: Delegação da SEDUFMSM

Seção Sindical: SEDUFMSM

Destinatário: 37º Congresso do Andes-SN

Fato Motivador da Moção: Impunidade das questões referentes à tragédia da Kiss de 27 de janeiro de 2013.

Moção de Repúdio à Impunidade no Caso Kiss

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam repúdio à impunidade no caso da tragédia da Boate Kiss, em Santa Maria, lembrada pela passagem de cinco anos na madrugada de sábado, 27 de janeiro. Ao longo desse tempo, ninguém foi efetivamente punido, sendo que a maioria dos quase trinta apontados pela polícia como responsáveis pelo sinistro foi isentada pelo Ministério Público. A marca da tragédia, além da impunidade, é a perseguição a três pais que perderam seus filhos. Eles criticaram a postura do Ministério Público de isentar agentes públicos e também um membro do próprio MP, responsável pela fiscalização insuficiente da casa noturna. Ao denunciarem publicamente essa postura negligente do MP, receberam como retorno um processo movido pelo promotor, o qual atuava na fiscalização da Kiss, podendo levar esses familiares a uma condenação. Enquanto isso, até esse momento, sequer os quatro envolvidos diretos na tragédia – empresários e músicos – não receberam, ainda, a pena devida por suas condutas.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 32

Proponente: Delegação da ASDUERJ

Fato Motivador da Moção: Apoio à professora Flávia Rodrigues da rede Municipal de Educação do RJ por colocar um cartaz com críticas à política educacional do município do Rio de Janeiro. Ela foi removida de sua escola, perdeu sua dupla regência e vem sofrendo ameaças de sindicância, inquérito administrativo e processo de exoneração.

Moção de Repúdio

O(a)s delegado (a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de Janeiro de 2018, exigem o fim das perseguições políticas à professora Flávia Rodrigues e repudiam a ação administrativa arbitrária de seus perseguidores políticos.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 34

Proponentes: Rivânia Moura; Lemuel Rodrigues; Rosimery Florêncio; Luana Paula Moreira; Janaína Costa

Seção Sindical: ADUERN

Destinatários: Robinson Faria (Governador do Estado do Rio Grande do Norte); Pedro Fernandes (Reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte); Ezequiel Ferreira (Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte);

Expedito Ferreira de Sousa (Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte)

Endereços dos Destinatários:

Robinson Faria: Av. Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova Natal (RN). CEP59064-901 (Centro Administrativo)

Pedro Fernandes: Rua Dr. Almino Afonso, 478, Centro, Mossoró (RN), CEP 59610-210

E-mail: reitoria@uern.br

Ezequiel Ferreira: Praça 7 de setembro, s/n, Centro Natal (RN), CEP: 59025-300

E-mail: ezequielferreira@rn.gov.br

Expedito Ferreira: Praça 7 de setembro, s/n, Centro Natal (RN), CEP: 59025-300

E-mail:

Fato Motivador da Moção: Atraso salarial, pacote de ajuste fiscal e repressão policial.

Moção de Repúdio a Robinson Faria, governador do Estado do Rio Grande do Norte

O(a)s delegado(a)s presentes do 37 Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam seu repúdio ao governo do estado do Rio Grande do Norte (PSD/PCdoB), que há 24 meses tem atrasado os salários da(o)s trabalhadora(e)s da região. A situação se agrava pela ausência de planejamento que contemple um calendário para regularização do pagamento dos salários.

Ademais, em dezembro de 2017, o governador Robinson Faria negociou com o presidente Temer um pacote de ajuste fiscal a ser votado em caráter de urgência pela assembleia legislativa. A proposta de ajuste fiscal inclui extinção de secretarias, venda de estatais e fim de direitos dos servidores públicos, a exemplo: congelamento de salários; fim de licenças prêmio; auxílio natalidade; fim das progressões; aumento da alíquota previdenciária e criação da previdência complementar. Nesse contexto, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) tem sido atacada, sobretudo em sua autonomia administrativa e financeira, com redução de investimento e precarização das condições de trabalho. O governador Robinson Faria tem atacado também o sindicato dos docentes (ADUERN) pela apropriação indevida dos repasses à contribuição sindical. Desse modo, reafirmamos a nossa indignação com o desrespeito com que os docentes da UERN e demais trabalhadora(e)s do estado do Rio Grande do Norte têm sido tratada(o)s pelo governador, o qual usa todo o aparato repressivo, polícia militar, polícia ambiental, batalhão de choque, cavalaria e exército, para atacar os trabalhadora(e)s.

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 35

Proponentes: Adlai Ralf Detoni (APESJF); Adolfo Oliveira Neto (Adufpa); Adriana Justin (Aduff); Ana Paula Medeiros (APUB); André L. M. de Uzêda (ADUFRJ); Angélica Nakamura (ADUFRJ); Antonio Gonçalves (Apruma), Aurean Deça (Apruma); Bartolomeu Mendonça (Apruma); Carlos Domingos (ADUR-RJ); Cláudio Mendonça (Apruma); Cleusa Santos (ADUFRJ); Cristina Miranda (ADUFRJ); Custódio Gouveia Lopes Motta (APESJF); Dan Gabriel D'Onofre (ADUR-RJ); Daniel Antiquera (ADUFFPB); Dileno Dustan Lucas de Souza (APESJF); Edson Teixeira (ADUFF); Eduardo Sérgio Leão de Souza (APESJF); Elda Maria Freire Maciel (Sinduece); Elena Steinhorst Damasceno (Apruma); Elizabeth Carla (ADUFF); Elza Dely (ADUFF); Felipe Brito (ADUFF); Fernando Lacerda Jr. (ADUFG); Francisca Taveira (Apruma); Giselle Moreira (APESJF); Gláucia Lelis Alves (ADUFRJ); Gustavo Seferian (Adufla);

Henrique Saldanha (Apub); Jalon de Moraes Vieira (APESJF); Jennifer Webb Santos (ADUFPA); Joanita Ataíde (Apruma); João Hughenin (ADUFG); José Antonio (ADUFF); Juarez Duayer (ADUFF); Kate Lane (ADUFF); Lisleandra Machado (APESJF); Lorene Figueiredo (ADUFF); Luciano Rodrigues de Souza Coutinho (ADUFRJ); Maíra Kubík (Apub); Marcos Vinicius Leite (APESJF); Maria Fernanda Larcher (ADUFRJ); Maria Lúcia de Araújo Leopoldo (APESJF); Mariana Leis Balsalobre (Apruma); Mariana Trotta (ADUFRJ); Marina Barbosa Pinto (APESJF); Marina Cavalcanti Tedesco (ADUFF); Markos Klemz (Adur-RJ); Nelson Junior (ADUEPB); Patrícia Ferreira Duarte (APESJF); Paulo Cresciulo (ADUFF); Raquel Dias (Sinduece); Regina Pugliese (ADUFRJ); Renata de Oliveira Cardoso (ADUFF); Renata L.B. Flores (ADUFRJ); Rigler Aragão (Sindunifesspa); Rodrigo da Silva Pereira (Apub); Rosilda Silva Dias (Apruma); Rubens Luiz Rodrigues (APESJF); Sambara Paula Francelino (Sinduece); Sara Granemann (ADUFRJ); Saulo Pinto Silva (Apruma); Sérgio Aboud (ADUFF); Silvia Martim (ADUR-RJ); Sonia Lucio R de Lima (ADUFF); Sonia Meire S. Azevedo de Jesus (ADUFS); Suê Iamamoto (Apub); Thiago Barreto Maciel (APESJF); Wanderson Melo (ADUFF); Wellington Silva (Adur-RJ); Zaira Fonseca (Sinduepa); Zózina Almeida (Aduneb).

Destinatários: Eduarda Alfena, Gleide Davis, Jéssica Milaré e Vera Kolontai

Endereços dos Destinatários: gleidefraga@outlook.com; jessymilare@gmail.com; eduarda.johanna.alfena@gmail.com; Veraldsilveira@gmail.com

Moção de Solidariedade

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam solidariedade às companheiras vítimas da violência machista nas redes sociais.

No dia 22 de janeiro de 2018, Eduarda Alfena, Gleide Davis, Jéssica Milaré e Vera Kolontai, quatro militantes feministas, foram atacadas por um blog extremista, que incitou seus leitores a jogarem ácido nas ativistas para lhes dar “uma lição”. Além disso, o autor do blog divulgou dados pessoais das companheiras, como endereço e dados bancários, e também de seus familiares, a quem as ameaças foram estendidas. O blog faz ainda apologia à violência contra as mulheres e ao estupro corretivo de feministas. As atacadas são mulheres com histórico de luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia. No dia seguinte, a companheira Silvia Ferraro foi atacada nas redes sociais pela postagem de um vídeo debatendo a questão do julgamento de Lula. Esses ataques em nada se referem ao debate político em torno do tema, afirmações da mais pura expressão misógina, na sua maioria com referências à violência sexual como forma de “correção” às suas posições políticas.

Nossa total solidariedade e apoio a essas mulheres! Exigimos a retirada do blog e do seu perfil no Facebook, a identificação e punição aos autores dos ataques. Machistas, racistas, transfóbicos e LGBTfóbicos não passarão!

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 36

Proponente: Diretoria do Andes-SN

Destinatários: Centrais Sindicais

Fator Motivador da Moção: A Reforma da Previdência.

Carta às Centrais Sindicais

Greve Geral já para Barrar a Reforma da Previdência!

No Brasil, o ano de 2017 foi marcado por uma série de ataques a direitos sociais e trabalhistas, os quais desencadearam grandes enfrentamentos por parte da classe trabalhadora.

Mesmo com a aprovação popular próxima de zero e envolvido em vários escândalos de corrupção, o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) e sua quadrilha de aliados no Congresso Nacional conseguiram aprovar a Reforma Trabalhista.

No entanto, apesar de toda campanha mentirosa na imprensa e da compra de votos de parlamentares, o governo não conseguiu aprovar, em 2017, a Contrarreforma da Previdência, o que representa uma vitória parcial das lutas realizadas pelos trabalhadores. Tal medida continua sendo o seu principal objetivo nesse início de 2018.

Nessa direção, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), já anunciou o próximo dia 19 de fevereiro como a data de votação da matéria em primeiro turno.

Para garantir os 308 votos necessários para aprovação da proposta da Contrarreforma Previdenciária, o presidente ilegítimo tem investido ainda mais recursos públicos na já escancarada e habitual tática de compra de votos. Michel Temer já conta com o apoio da grande imprensa, que propaga, diuturnamente, a falsa narrativa, segundo a qual a não realização da referida contrarreforma terá efeitos catastróficos sobre a economia. Além de se basear em dados forjados, essa narrativa esconde o fato de que os ataques contra o povo objetivam salvaguardar interesses dos grandes bancos, que além de serem os maiores devedores da Seguridade Social, abocanham praticamente metade do orçamento da União com o religioso pagamento dos juros, amortizações e rolagem da dívida pública.

O denominado mercado, personificado nos grandes investidores em bolsas de valores e nas corporações nacionais e transnacionais, também exerce forte chantagem para garantir a aprovação de mais essa contrarreforma, como se fez no recente rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência Standard & Poors (acusada de fraude pela avaliação dos créditos imobiliários americanos em 2007/8).

Nesse contexto, é urgente retornar às ruas e construir um calendário unitário de mobilização de todas as centrais e movimentos sociais, por meio de comitês de base estaduais, para impedir a aprovação da Contrarreforma da Previdência. Uma nova greve geral é a única ferramenta capaz de responder a essa necessidade. E há condições objetivas para tal construção.

No primeiro semestre de 2017, a classe trabalhadora demonstrou grande potencial de luta e resistência ao realizar a maior greve geral da nossa história, no dia 28 de abril, e a maior ocupação de Brasília, em 24 de maio. Naquelas circunstâncias, se não tivesse havido um recuo das cúpulas de grandes centrais, com o desmonte das greves gerais de junho e dezembro e a priorização de outras pautas, e fosse dado seguimento a esse processo crescente de mobilização, poderíamos ter evitado a aprovação da Reforma Trabalhista e enterrado de vez a famigerada Reforma da Previdência.

A classe trabalhadora e todos os movimentos sociais organizados não podem, em hipótese alguma, abrir mão da principal arma de que dispõem para enfrentar os ataques: nossa unidade, ação direta e mobilizações.

Nessa direção, as delegadas(os) e observadores(as) presentes no 37º Congresso do Andes-SN dirigem-se às centrais sindicais para que convoquem a nova greve geral para o dia 19 de fevereiro, a fim de derrotar definitivamente a tentativa de desmonte da Previdência.

FORA TEMER! NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

Salvador, 27 de janeiro de 2018

Moção 37

Proponentes: João da Costa Chaves Jr.; Milton Vieira do Prado Jr.; Antonio Luis de Andrade

Seção Sindical: Adunesp

Destinatários: Professor doutor Sandro Roberto Valentini, reitor da Unifesp e Presidente do Conselho Universitário da Unesp.

Endereço dos Destinatários: Rua Quirino de Andrade nº 215, São Paulo (SP), CEP 01049-010

Fato Motivador da Moção: A reitoria da Unesp diminuiu arbitrariamente os valores do vale-alimentação dos professores substitutos

Moção de Apoio

Os(as) delegados(as) presentes ao 37º Congresso do Andes-SN, realizado em Salvador (BA), no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam veemente repúdio contra o rebaixamento do vale-alimentação dos professores substitutos da Unesp, tendo os contratados por 24 horas sofrido um corte de metade do valor originalmente recebido, e os por 12 horas em dois terços. Trata-se de um expediente que acentua a exploração dessa categoria, cujas condições de trabalho já são extremamente precarizadas.

Salvador, 27 de janeiro de 2018